

LEI Nº 1159/2016.



**Define Obrigação de Pequeno Valor atendendo ao disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/2009 e dá outras providências.**

A Senhora Marília Perotta Bento Gonçalves, Prefeita do Município de Roncador: faço saber, que a Câmara Municipal de Roncador aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam definidas como obrigações de pequeno valor as fixadas nesta Lei para o pagamento direito, sem precatório, pela Fazenda Pública Municipal.

§ 1º A obrigação de pequeno valor corresponderá ao montante de R\$ 5.189,92 (cinco mil e cento e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos);

§ 2º Os valores serão reajustados para preservar-lhes em caráter permanente, o valor real, na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de previdência social;

§ 3º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida nesta Lei e, em parte, mediante expedição de precatório;

§ 4º É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma prevista nesta Lei.

**Art. 2º** Os débitos de pequeno valor contra a Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de execuções definitivas dispensarão a expedição de precatório.

**Art. 3º** O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório (Requisição de Pequeno Valor) devendo ser demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

**Art. 4º** Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no art. 1º, o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno

valor, na forma prevista no § 3º, do art. 100 da Constituição Federal.

**Art. 5º** Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal João Otales Mendes,

em 02 de maio de 2016.

Marília Perotta Bento Gonçalves  
Prefeita Municipal